

CONTRATO CEDAE Nº 033 /2018 (DG)

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** e a **S.O.S MAQUINAS ASSESSORIA INDUSTRIAL EIRELI**, na forma abaixo:

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, por seus representantes legais ao final assinados seu Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD e, seu Diretor de Produção e Grande Operação, Sr. EDES FERNANDES DE OLIVEIRA, doravante denominada **CEDAE** e a **S.O.S MAQUINAS ASSESSORIA INDUSTRIAL EIRELI**, com sede na Estrada da Represa, nº 970, Jardim Nisalves, Itapeverica da Serra/SP, CEP. 06851-200, inscrita no CNPJ sob nº 01.950.626/0001-21, neste ato por meio de seu titular, Sr. CIRO MEI NETO, inscrito no CPF sob nº 176.494.848-31, portador da carteira de identidade nº 29.842.578-6, expedida pela SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Alexandrina Bassith, nº18, Centro, Embu das Artes/SP, CEP: 06803-050, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviço de manutenção corretiva de motor, com fundamento no **processo administrativo nº E-07/100.620/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 308/2018 (ASL-1.1)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94, e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, pelo Decreto Estadual nº 3.149/80, e Lei Complementar 123/2006, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de "**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO MOTOR SIEMENS Nº 2 (1 DM 5236-8VF09-Z) 6715 KW, 18 POLOS, 13200 V DA ELEVATÓRIA DO LAMEIRÃO**", conforme detalhado no Anexo II – Termo de Referência e tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO MOTOR SIEMENS Nº 02 (1DM 5236-8VF09-Z) 6715 KW, 18 POLOS, 13200 V DA ELEVATÓRIA DO LAMEIRÃO.		
1.1	SERVIÇOS INICIAIS DO MOTOR	UN.	01
1.2	SERVIÇOS NO ESTATOR	UN.	01
1.3	SERVIÇOS NO ROTOR	UN.	01
1.4	SERVIÇOS FINAIS NO ROTOR	UN.	01

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de vigência do contrato será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.
- e) providenciar a publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.
- b) conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do instrumento convocatório, da Proposta de Preços e da legislação vigente, atendendo a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**.
- d) submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho e substituir qualquer membro da referida equipe, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE** ;
- e) admitir que todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., por ela elaborados serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- f) abster-se de dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução de serviços, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- g) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.
- h) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- i) prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;
- j) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

k) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;

l) providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início dos serviços até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;

m) comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

n) manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;

o) aceitar especificamente, nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art.65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos

p) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

q) Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);

II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);

III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);

IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 12000226064

Código Orçamentário: 33903917

Fonte de Recursos: 10

Conta Contábil: 411110322

Centro de Custos: DG00010000

Id da Reserva Orçamentária: 2018000415.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO MOTOR SIEMENS Nº 02 (1DM 5236-8VF09-Z) 6715 KW, 18 POLOS, 13200 V DA ELEVATÓRIA DO LAMEIRÃO.				
1.1	SERVIÇOS INICIAIS DO MOTOR	UN.	01	R\$ 26.500,00	R\$ 26.500,00
1.2	SERVIÇOS NO ESTATOR	UN.	01	R\$ 37.500,00	R\$ 37.500,00
1.3	SERVIÇOS NO ROTOR	UN.	01	R\$ 64.500,00	R\$ 64.500,00
1.4	SERVIÇOS FINAIS NO ROTOR	UN.	01	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 184.000,00

a)O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, inclusive os noturnos e respectiva iluminação, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, devendo ser obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos e normas técnicas, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

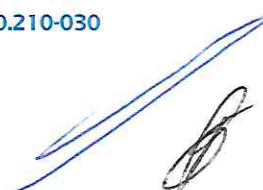
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverá ser obedecida toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados



a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - A aceitação dos serviços ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, dos serviços por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da CEDAE.

PARÁGRAFO QUINTO - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO OITAVO - A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

PARÁGRAFO NONO - A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução dos serviços, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da CEDAE. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da CEDAE, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução dos serviços deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "r", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3.214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, as seguintes comprovações:



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030



- a) Prova de pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com a habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUINTO - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos Parágrafos Terceiro e Quarto ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO SEXTO - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido

PARÁGRAFO SÉTIMO - No caso do parágrafo sexto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do Engº EMERSON BARROS DINIZ, CREA SP nº 5063702532, inscrito no CPF sob nº 221.781.348-07, que fica autorizado a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA obriga-se a manter o engenheiro indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local dos serviços até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata a alínea "a" da CLÁUSULA QUARTA deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais)**, em 2 (duas) parcelas, a primeira no valor de R\$ 128.800,00 (cento e vinte e oito mil e oitocentos reais) e a segunda no valor de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais), conforme cronograma às fls. 260 do processo E-07/100.620/2017, sendo efetuado mensal e sucessivamente, mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VII do edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento da segunda parcela mensal do contrato só será efetuado mediante demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato, referentes ao mês anterior à data do pagamento, de acordo com o disposto no parágrafo terceiro da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à Comissão de Fiscalização, situada na Av. Presidente Vargas, 2655 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de cópia autenticada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo terceiro da cláusula oitava, e respectiva folha de pagamento relativa à mão de obra empregada no contrato, com base no prescrito no parágrafo 2º do artigo 71 da Lei 8666/93, ficando o pagamento condicionado ao atendimento ao exigido neste parágrafo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para efeito do parágrafo anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

PARÁGRAFO QUARTO - Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo primeiro e segundo o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, no setor competente, previamente atestado por 2 (dois) servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato. No caso da Fiscalização encontrar erros na fatura elaborada pela **CONTRATADA**, a mesma será devolvida para sua reapresentação.

PARÁGRAFO QUINTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso sendo prosseguida a contagem a contar da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento.



PARÁGRAFO SÉTIMO - Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

PARÁGRAFO OITAVO - Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

PARÁGRAFO NONO - A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA do serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a **CONTRATADA** não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "q", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie, a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Comissão de Fiscalização, dele descontados quaisquer créditos da **CEDAE**, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução dos serviços ou das multas que lhe venham a ser

aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Constituem motivo para rescisão do Contrato, além daquelas relacionadas no Artigo 78 da Lei 8.666/93, cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da **CEDAE**.

PARÁGRAFO QUARTO - Não havendo culpa da **CONTRATADA**, para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

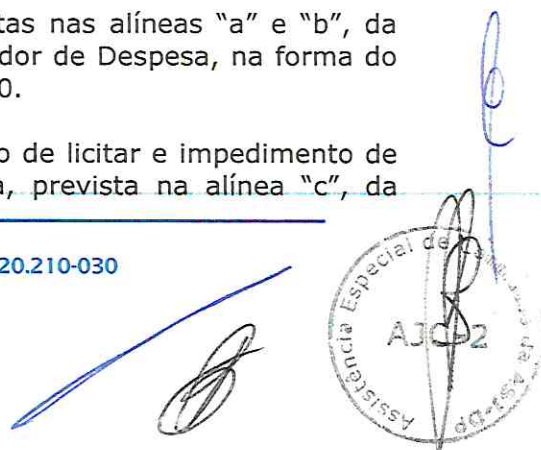
PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

PARÁGRAFO QUARTO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", da



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação da sanção prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea "b", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

PARÁGRAFO NONO - O não atendimento às solicitações da Fiscalização da CEDAE, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à **CONTRATADA**, esta responderá, alternativamente, à escolha da **CEDAE**, por:

- a) multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do Contrato, podendo a **CEDAE** se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à **CONTRATADA**; ou
- b) pagamento de perdas e danos que puderem ser efetivamente apurados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à contratada ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", da mesma Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades previstas na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo **vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DISPOSIÇÕES GERAIS

Em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da contratada, esta prevalecerá.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA FACULDADE DE USO

O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, dos documentos referidos na Cláusula 3ª ou da Lei em geral,

não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ocorrendo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 (quinze) dias contados após sua publicação, conforme art.4º da Deliberação TCE/RJ nº 262/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 22 de março

de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


EDES FERNANDES DE OLIVEIRA
Diretor de Produção e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:


CIRO MEI NETO
Titular

TESTEMUNHAS:

Ref. contr-S.O.S-MAQUINAS-EIRELI-serviço-manutenção-corretiva-motor-PE-308-18-VB

PROCESSO Nº E-07/592.196/2011 - AUTORIZO a concessão por prazo indeterminado do adicional de qualificação instituído pela Lei nº 5757, de 29 de junho de 2010, ao servidor abaixo, considerando o cumprimento integral do S2, art. 5º, da Resolução INEA nº 29 de 29/12/2010, revogando dispositivos anteriores.

Processo nº	Nome
E-07/002.8510/2016	Davi Pinto Chereche Viana

Id: 2096041

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 26.03.2018

PROCESSO Nº E-07/002.5933/2017 - Faço referência ao Contrato INEA nº 14/2017, firmado entre o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e a Empresa EOS ELEVADORES EIRELI, para, em face a execução imperfeita do objeto, com o descumprimento dos itens 5.1.2, 5.2.13 a 5.2.15 do Termo de Referência, instrumento anexo do Contrato, APLICAR-LHE a pena de advertência, nos termos do inciso I do artigo 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c a alínea "a", da Cláusula Décima Terceira do referido instrumento.

Id: 2096040

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO DIRETOR
DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR
DE 27.03.2018

PROCESSO Nº E-07/002.9670/2013 - ANGRAMIR CONCRETO LTDA. EPP - Auto de Infrção nº SUPBGEAI0013904, face ao descumprimento do CONDOR, no item VII, da Ata 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 34/2018, de 22 de março de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, deixo de processar o recurso.

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAIJA DE GUANABARA
DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
DE 27.03.2018

PROCESSO Nº E-07/002.3610/15 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA: ARTUR POSSOLO, Nº 369 - RECREIO DOS BANDEIRANTES, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 34/18, referente ao PROCESSO Nº E-07/002.3610/15.

SUPERINTENDENTE REGIONAL DE DOIS RIOS
DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
DE 28.03.2018

PROCESSO Nº E-07/201582/1994 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Instalação em nome de SOTEC - SOCIEDADE TECNICA DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 30.544.431/0001-80, localizada na Estrada do Amparo - Fazenda Nacional São José - Amparo - Município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.3833/2014 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de ROGERIO FIGUEIRA REZENDE-CPF 023.524.637-93, localizado no Sítio Cascatilha - Boa Sorte - Município de Cantagalo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.10133/2017 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada em nome de AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., CNPJ 33.050.071/0001-58, localizada Estrada de Santa Antônia do Imbé, s/nº - Área Rural - Centro - Município de Santa Maria Magdalena, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/201441/1991 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada em nome de AGROTECNICA E PECUARIA SERRANA LTDA - ME, CNPJ 30.085.153/0001-40, localizada Estrada Friburgo Teresopolis, km 21 - Coasa - Mercado - Conquista - Município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/202047/2004 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de OLYMPIA DE FRIBURGO TEXTIL LTDA, CNPJ 04.505.991/0001-53, localizada na Avenida Roberto Silveira, 2100 - Prado - Município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/510711/2010 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Autorização Ambiental em nome de CLINICA DE REPOUSO SANTA LUCIA, CNPJ 30.531.011/0001-80, localizada na Rua Manoel Antunes Nogueira, s/nº - Graúns - Município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/503558/2010 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de TRANSPORTADORA DE FRIBURGO TUCANO LTDA, CNPJ 36.236.776/0001-52, localizada na Rua Sebastião Martins, s/nº - Rodovia RJ-16, km 88 - Posto Conselheiro Paulino - Conselheiro Paulino - Município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/202567/2003 - Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome de CIA NACIONAL DE MINERAÇÃO GRANITO TIJUCA, CNPJ 33.675.552/0001-73, localizada em Roncador Laranjal - São José do Ribeirão - Município de Bom Jardim, com base nos autos do processo em referência.

Id: 2096043

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO
APOSTILA DO COORDENADOR
DE 27.03.2018

CONTRATO INEA Nº 07/2018, celebrado em 07/03/2018, publicado no D.O. de 09/03/2018 - entre INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA e a G.DAL PRA COMERCIO DE EXTINTORES-ME, cujo objeto é a prestação de serviços de recarga, manutenção e inspeção de extintores. Considerando que a presente correção não constitui alteração ideológica do contrato, sendo o apostilamento o instrumento jurídico mais apropriado; Fica retificada a Cláusula Segunda do Contrato INEA nº 04/2018, no que se refere à redação relacionada ao tempo do Contrato, o mencionado dispositivo passa a vigorar com a redação elencada abaixo, e não como constou, mantidos os demais termos.

Onde se lê: CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 18 (dezoito) meses, contados a partir de 07/03/2018, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convenienciada nesta cláusula.

Leia-se: CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 18 (dezoito) meses, contados a partir de 07/03/2018, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convenienciada nesta cláusula.

Id: 2096046

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 01/03/2018

DESIGNA LANDERLEY LEMOS DE ABREU, Técnico Eletromecânica II, como Presidente, **RONALDO DA SILVA CAVALHEIRO**, Técnico Eletromecânica II e **PAULO GOMES SIQUEIRA**, Agente de Saneamento I, como membros titulares e E. Engenharia E., como membro suplente. Gerente do Contrato **JOÃO CESAR OLIVEIRA ANTUNES**, Agente de Saneamento II e **ROBSON PORTO CARDOSE**, Engenheiro B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO MOTOR SIEMENS Nº 2 (1 DMS236-SVF09-Z) 6715 KW, 18 POLOS, 13200V DA ELEVATORIO DO LAMEIRA", de que trata o Processo nº E-07/100.520/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.036/2018.

Id: 2096038

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/03/2018

DESIGNA LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo, como Presidente, **DEBORA ARAUJO DIAS**, Analista de Qualidade C, **HELIO DOS SANTOS DEMARIA**, Agente Administrativo E, como membros titulares e, **ANA CLAUDIA PENHA**, Agente Administrativo F, como membro suplente. Gerente do Contrato **RICARDO PALAGANO RAMALHO**, Assessor de Marketing e **LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA MATIA**, Chefe do Gabinete da Presidência, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO COM ENTREGA DOMICILIAR DE RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE QUALIDADE DE ÁGUA, CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 5.440/05", de que trata o Processo nº E-07/100.439/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.070/2018.

Id: 2095997

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 08/02/2018

DESIGNA HELIO MARCOS OSSOLA CORDEIRO, Agente Administrativo B, como Presidente, **LUCAS FERREIRA CARDOSO**, Assessor Executivo, **HELIO DOS SANTOS DEMARIA**, Agente Administrativo E, como membros titulares e, **ANA CLAUDIA PENHA**, Agente Administrativo F, como membro suplente. Gerente do Contrato **RICARDO PALAGANO RAMALHO**, Assessor de Marketing e **LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA MATIA**, Chefe do Gabinete da Presidência, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "PARTICIPAÇÃO NO 8º FORUM MUNDIAL DA AGUA", de que trata o Processo nº E-07/100.121/2018. Ordem de Serviço "E" nº 15.013/2018.

*Omitido no D.O. de 16/03/2018.

Id: 2095599

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 28/03/2018

PROCESSO Nº E-17/100.429/2015 - MANTENHO a decisão da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia manifestando-me pelo INDEFERIMENTO dos recursos interpostos pelo CONSORCIO AGUA VIVA (constituído pelas empresas: SOTECOSA - BAHIA CONSTRUTORA S/A e ARKHE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL"), mantendo-o inabilitado para os Lotes I, II e III e CONSORCIO CONSTRUTAM-HYDRA (constituído pelas empresas: CIA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA., MENCIO LTDA. e HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.), mantendo habilitada, para os Lotes I, II e III, a licitante EMISSAO S.A.

Id: 2096245

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/03/2018

"PROCESSO Nº E-07/100.097/2018 - Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação - IL nº 002/2018 (DF), com base no inciso II do artigo 25, de o art.13 inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, no valor de R\$ 31.147,00 (trinta e um mil cento e quarenta e sete reais), em favor da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV, para o "CURSO DE MBA EXECUTIVO EM FINANÇAS: CONTROLADORIA, AUDITORIA E COMPLIANCE".

*Omitido no D.O. de 23/03/2018.

Id: 2095924

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/03/2018

"PROCESSO Nº E-07/100.098/2018 - Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação - IL nº 002/2018 (DF), com base no inciso II do artigo 25, de o art.13 inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, no valor de R\$ 31.147,00 (trinta e um mil cento e quarenta e sete reais), em favor da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV, para o "CURSO DE MBA EXECUTIVO EM FINANÇAS: CONTROLADORIA, AUDITORIA E COMPLIANCE".

*Omitido no D.O. de 23/03/2018.

Id: 2095925

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHOS DA PRESIDENTE
27/03/2018

PROC. Nº E-07/020/35/2018 - **NATACHA SILVA FONSECA**, Analista de Gestão Organizacional, ID Funcional 4436059-2. De acordo com o disposto no artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período-base de 01/11/2012 a 30/10/2017.

PROC. Nº E-07/020/39/2018 - **PAULO ROBERTO DE SOUZA MARQUES**, Técnico de Desenvolvimento Agrário, ID Funcional 4436171-6. De acordo com o disposto no artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período-base de 01/11/2012 a 30/10/2017.

PROC. Nº E-07/020/53/2018 - **ROBERTA DE JESUS DE SÁ**, Analista de Gestão Organizacional, ID Funcional 4436060-4. De acordo com o disposto no artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período-base de 01/11/2012 a 30/10/2017.

PROC. Nº E-07/020/57/2018 - **DIEGO TONE TELLES**, Técnico de Desenvolvimento Agrário, ID Funcional 4436134-3. De acordo com o disposto no artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período-base de 01/11/2012 a 30/10/2017.

PROC. Nº E-07/020/57/2018 - **JOSUE REIS DOS SANTOS**, Técnico de Desenvolvimento Agrário, ID Funcional 4436987-3. De acordo com o disposto no artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período-base de 01/11/2012 a 29/11/2017.

PROC. Nº E-07/020/57/2018 - **LEOPOLDO EUGENIO ERTHAL**, Técnico de Desenvolvimento Agrário, ID Funcional 4436163-7. De acordo com o disposto no artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período-base de 01/11/2012 a 30/10/2017.

PROC. Nº E-07/020/61/2018 - **VINICIUS GOMES VIEIRA PORTO**, Técnico de Desenvolvimento Agrário, ID Funcional 4436163-7. De acordo com o disposto no artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença-Prêmio relativa ao período-base de 01/11/2012 a 30/10/2017.

Id: 2095927

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

ATO DO SECRETÁRIO
DE 21/03/2017

LUIZ HENRIQUE DA SILVA ROCHA, ID Funcional nº 50878751, CPF nº 143.552.037-86, brasileiro, nascido em 06/11/1983, sexo masculino, Carteira de identidade nº 269984488, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrito no PIS/PASEP sob o nº 15334498277, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 22/03/2017, tomou posse e entrou em exercício em 15/03/2017, com validade a contar de 15 de março de 2017.

CARLOS REINALDO ALBERNAZ GOMES, ID Funcional nº 50878654, CPF nº 332.651.007-15, brasileiro, nascido em 01/12/1954, sexo masculino, Carteira de identidade nº 031869316, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrito no PIS/PASEP sob o nº 10071071331, nomeado para exercer o cargo em comissão de Gerente, símbolo DAS-8, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 22/03/2017, tomou posse e entrou em exercício em 15/03/2017, com validade a contar de 15 de março de 2017.

THIAGO DOS SANTOS JACQUES, ID Funcional nº 50878719, CPF nº 099.057.377-07, brasileiro, nascido em 06/12/1981, sexo masculino, Carteira de identidade nº 127579852, expedida pelo L.F.P.R.J., inscrito no PIS/PASEP sob o nº 19005489785, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 22/03/2017, tomou posse e entrou em exercício em 15/03/2017, com validade a contar de 15 de março de 2017.

DE 06/04/2017

PATRICIA CARLA LIMA DE ALMEIDA, ID Funcional nº 50881736, CPF nº 025.463.557-16, brasileira, nascida em 08/10/1972, sexo feminino, Carteira de identidade nº 100016799, expedida pelo L.F.P.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 1262871565, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 07/04/2017, tomou posse e entrou em exercício em 01/04/2017, com validade a contar de 01 de abril de 2017.

TATIANA COSTA JAME, ID Funcional nº 50882280, CPF nº 128.100.127-92, brasileira, nascida em 06/04/1993, sexo feminino, Carteira de identidade nº 287601827, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 13385406608, nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DA1-6, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 07/04/2017, tomou posse e entrou em exercício em 27/03/2017, com validade a contar de 27 de março de 2017.

LETICIA LIMA YANE FORTES, ID Funcional nº 50883631, CPF nº 133.658.087-95, brasileira, nascida em 13/11/1989, sexo feminino, Carteira de identidade nº 214214868, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrita no PIS/PASEP sob o nº 20469906523, nomeada para exercer o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DA1-2, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 07/04/2017, tomou posse e entrou em exercício em 01/04/2017, com validade a contar de 01 de abril de 2017.

LENIN FELIX DA MOTA, ID Funcional nº 50881450, CPF nº 068.599.537-83, brasileiro, nascido em 07/12/1982, sexo masculino, Carteira de identidade nº 200521615, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrito no PIS/PASEP sob o nº 13102227586, nomeado para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 07/04/2017, tomou posse e entrou em exercício em 01/04/2017, com validade a contar de 01 de abril de 2017.

LUCIANO TAVARES DE SOUZA, ID Funcional nº 44428910, CPF nº 077.346.127-25, brasileiro, nascido em 01/06/1978, sexo masculino, Carteira de identidade nº 118155712, expedida pelo D.I.C.R.J., inscrito no PIS/PASEP sob o nº 18221610114, nomeado para exercer o cargo em comissão de Divisão, símbolo DAS-8, na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, publicado no Diário Oficial de 07/04/2017, tomou posse e entrou em exercício em 01/04/2017, com validade a contar de 01 de abril de 2017.

Id: 2095848

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA CHEFE

DE 27.03.2018

PROCESSO Nº E-18/450720/2007 - MAGDA TELLES LOUREIRO, Identidade Funcional 3241105-7, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Especial relativa ao período base de 12/07/2012 a 11/07/2017.

Id: 2095848

Secretaria de Estado de Turismo

ATO DO SECRETÁRIO E DO SUBSECRETÁRIO
RESOLUÇÃO CONJUNTA SETUR/SSCS Nº 106
DE 14 DE MARÇO DE 2018.

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO e o SUBSECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10.01.2018, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro, para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230, de 31.01.2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira, estabelece normas para execução orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2018, o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da execução Orçamentária, o Decreto nº 42.836, de 03.02.2011, que estabelece as diretrizes da política de comunicação social e normas para a licitação, contratação e execução dos serviços de comunicação, no âmbito da administração pública estadual e o que consta no processo administrativo nº E-05/003/59/2018.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução dos créditos orçamentários, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO - Descentralização de crédito orçamentário à Subsecretaria de Comunicação Social da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, para atender despesas com a publicação de matérias em jornais de grande circulação - Processo nº E-05/003/59/2018.

II - VIGÊNCIA - Data de início: 14/03/2018 - Término: 31/12/2018.

III - De/Concedente: 4301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

UO, 4301 - Secretaria de Estado de Turismo - SETUR

UG, 430100 - Secretaria de Estado de Turismo - SETUR

IV - Para/Executante: 2100 - SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

UO, 2102 - Subsecretaria de Comunicação Social da Casa Civil - SSCS

UG, 390100 - Subsecretaria de Comunicação Social da Casa Civil - SSCS.



A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Quinta-feira, 29 de Março de 2018 às 01:49:16 -0300.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, que no dia 18 de abril de 2018, às 10h00min, no auditório do CLUBE DE ENGENHARIA, situado na Av. Rio Branco, 124, 2º andar - Rio de Janeiro, realizará leilão DT15.18 na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. A cópia do Edital poderá ser consultada através do site www.detro.rj.gov.br.

Id: 2005085

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica INEA nº 02/2018 PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA) e UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UNIF). OBJETO: Vazão a realização de permissão de uso do espaço e política de intercâmbio de dados dos sistemas de radares meteorológicos. DATA DA ASSINATURA: 23/03/2018. PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura. PROCESSO Nº E-07/002.11919/2016.

Id: 2006045

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 09/2018, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e HORIZONTE 16 LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA EPP. OBJETO: CONSTITUIÇÃO DO PRESENTE INSTRUMENTO A ALTERAÇÃO QUANTITATIVA DO CONTRATO Nº 19/2017, A CONTAR DE 18/04/2018, RELATIVO A "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PICKUPS. VALOR: R\$ 618.000,00 (SEISCENTOS E DEZ OITOS MIL REAIS). DATA DA ASSINATURA: 22/03/2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: FUNDAMENTO NO INCISO I, ALÍNEA 5 DO ART.65 C/C ART.58 INCISO I DA LEI Nº 8666/93, PARA MELHOR ADEQUAÇÃO ÀS FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO. PROCESSO Nº E-07/002.11919/2016.

Id: 2004755

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2015, Doravante Denominado Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2015. PARTES: Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção de Campos, com o Intervênio do Departamento de Recursos Minerais - DRM, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM/Superintendência/RJ. OBJETO: Prorrogação de ações conjuntas, com vistas ao diagnóstico da situação atual das empresas sindicalizadas extratoras de argila e de fabricação de produtos cerâmicos, visando sua adequação à legislação e consequente regularização. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio da celebração de aditivos. VALOR: Sem valor contratual. DATA DA ASSINATURA: 01/02/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-07/002.14707/2013.

Id: 2006042

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração SUPSULEAU/00149354, emitido em 23/02/2018 com enquadramento no art. 76 da Lei nº 3.467, de 14/09/2000. Processo nº E-07/002.11080/2017.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Manoel Dos Santos Cortat. CNPJ/CPF Nº: 194.781.007-34. ENDEREÇO: Rua Exp. Eidiarte da Silva Pontes, 138 - Centro - São Fidélis.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000 e tendo em vista a Notificação nº SUPRINDU/01083207, emitida em 17/08/2017. Processo nº E-07/002.2549/2015.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Eyros de Jesus Schwenn Ponciano. CNPJ/CPF Nº: 178.083.757-72. ENDEREÇO: Estrada do Carmo, s/nº - Fazenda do Pamparado - Sumidouro/RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. Conselheiro Julius Arp, 85 - Centro - Nova Friburgo - RJ. O processo terá continuidade independente do seu comparecimento.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000 e tendo em vista o Auto de Infração Nº COGEFISEAU/00149354 emitido com a sanção de Multa Simples, no valor de R\$ 2.743,75 em 31/10/2017, com enquadramento no artigo 81, da mesma Lei. Processo nº E-07/002.5949/2015.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Katia Maria Costa Carneiro de Mendonça. CNPJ/CPF Nº: 736.125.887-53. ENDEREÇO: Estrada Ponte de Arame, s/nº - Sítio Campo Alegre e Ponte de Arame - Queimados - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Venezuela, 110, sala 412, 4º andar - Saúde - Rio de Janeiro - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, torna público que em 01/12/2017, emitiu a notificação nº SUPMANO/01086969 à Edgar Cezar Rodrigues, informando de que deverá apresentar ao INEA, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data desta publicação, Licença Ambiental para implantação de loteamento localizado na estrada da Toka do Coelho, Sítio Toka do Coelho, Cantagalo, município de Rio das Ostras.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Edgar Cezar Rodrigues. CNPJ/CPF Nº: 28.888.956/0001-80. ENDEREÇO: Avenida Carmem Carneiro 7º Distrito - Travessão - Campos dos Goytacazes.

975.478.917-72. ENDEREÇO: Estrada da Toka do Coelho, s/nº, Sítio Toka do Coelho, Cantagalo, Rio das Ostras.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Constatação SIMSULCON/01017763, emitido em 22/02/2018 com enquadramento no art. 76 da Lei nº 3.467, de 14/09/2000. Processo nº E-07/002.2491/2014.

CONVOCA:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Americano Futebol Clube. CNPJ/CPF: 28.888.956/0001-80. ENDEREÇO: Avenida Carmem Carneiro 7º Distrito - Travessão - Campos dos Goytacazes.

Id: 2006044

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148511

NOME: Paulo Alves da Costa Filho. CNPJ/CPF Nº: 010.423.337-00. ENDEREÇO: Estrada Silveira da Mota. MUNICÍPIO: São José do Vale do Rio Preto - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.037,50. PROCESSO Nº E-07/002.10030/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148964

NOME: C. C. Gomes Telhas e Tijolos Ltda. CNPJ/CPF Nº: 11.889.203/0001-64. ENDEREÇO: Avenida 22 de Maio, 6933. MUNICÍPIO: Itaboraí - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.14070/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148445

NOME: Daniela Albernaz Mercadante. CNPJ/CPF Nº: 13.827.173/0001-20. ENDEREÇO: Rua Saint Hilaire, 118. MUNICÍPIO: São Paulo - SP. INFRAÇÃO: Artigo 48 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.082,66. PROCESSO Nº E-07/002.10157/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00149141

NOME: Continente Supermercado Ltda. CNPJ/CPF Nº: 31.564.666/0001-73. ENDEREÇO: Estrada Marçal Miguel Salazar Mendes de Moraes, 906. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 67 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 20.583,09. PROCESSO Nº E-07/002.13846/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148315

NOME: Brasbunker Participações S/A. CNPJ/CPF Nº: 04.931.019/0002-93. ENDEREÇO: Rua Manuel Duarte, 2.999. MUNICÍPIO: São Gonçalo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.722,98. PROCESSO Nº E-07/002.16359/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00149203

NOME: Empresa de Mineração J. Serrão LTDA. CNPJ/CPF Nº: 26.571.832/0001-59. ENDEREÇO: Estrada Ary Schivo, km 1,5. MUNICÍPIO: Japeri - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.13165/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148443

NOME: Julio Cesar de Oliveira. CNPJ/CPF Nº: 791.299.517-04. ENDEREÇO: Rua 5. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 46 e 64 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 7.514,02. PROCESSO Nº E-07/002.10949/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00149659

NOME: Navegação São Miguel LTDA. CNPJ/CPF Nº: 33.059.924/0008-27. ENDEREÇO: Rua Frederico Gonçalves, s/nº Lote 01 e 02 Quadra 146. MUNICÍPIO: São Gonçalo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 85 e 61 INC V da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 60.469,87. PROCESSO Nº E-07/002.16343/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148524

NOME: Posto de Gasolina Brasil de Santa Cruz LTDA. CNPJ/CPF Nº: 09.307.980/0001-44. ENDEREÇO: Avenida Brasil, 52351. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.1127/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148568

NOME: Marfran Transportes e Logística LTDA. CNPJ/CPF Nº: 03.419.953/0001-87. ENDEREÇO: Rua Kilvo Santos, 3705 Quadra 05. MUNICÍPIO: Nova Iguaçu - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.060,29. PROCESSO Nº E-07/002.7874/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148773

NOME: Fapasa - Fábrica de Papel LTDA. CNPJ/CPF Nº: 30.559.132/0001-19. ENDEREÇO: Estrada Friburgo - Riograndina, km 15. MUNICÍPIO: Nova Friburgo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81, § 1º, inc. V da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 337.433,26. PROCESSO Nº E-07/002.10912/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148612

NOME: Posto de Serviço Souza e Faria LTDA. CNPJ/CPF Nº: 02.527.551/0001-44. ENDEREÇO: Rodovia BR-393, km 125. MUNICÍPIO: Sapucaia - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.060,29. PROCESSO Nº E-07/002.7147/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148992

NOME: Estaleiro de Reparos Navais Santa Barbara LTDA. CNPJ/CPF Nº: 30.123.327/0001-11. ENDEREÇO: Rua Mario Trilha, 89. MUNICÍPIO: Niterói - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.10329/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148520

NOME: Alessandro Cordeiro Aglio. CNPJ/CPF Nº: 077.422.057-00. ENDEREÇO: Rua 5 Lote 119 Quadra 3. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 46 e 64 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 7.514,02. PROCESSO Nº E-07/002.10965/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148440

NOME: André da Silva Lima. CNPJ/CPF Nº: 144.815.387-59. ENDEREÇO: Avenida Beira Mar, s/nº (na altura da Rua Santa Beatriz). MUNICÍPIO: Maricá - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 84 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 5.168,38. PROCESSO Nº E-07/002.29336/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00148523

NOME: Cooperativa Agropecuária de Duas Barras LTDA. CNPJ/CPF Nº: 29.288.742/0001-27. ENDEREÇO: RJ 152 - Estrada Duas Barras Monerat, km 1,5. MUNICÍPIO: Duas Barras - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 61 INC V da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 140.081,77. PROCESSO Nº E-07/002.7134/2015.

Id: 2006039

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 031/2018 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a KARLOS SERVIÇOS E LOGÍSTICA LTDA - ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO COM ENTREGA DOMICILIAR DE RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE QUALIDADE DE ÁGUA, CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 5.440/05. PRAZO: 90 (noventa) dias. VALOR: R\$ 559.000,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil reais). DATA DA ASSINATURA: 19/03/2018. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.439/2017 (Pregão Eletrônico nº 318/2018).

Id: 2005998

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 106/2017 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a PRECISION LABORATORIES LTDA - EPP.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA ANÁLISES LABORATORIAIS".

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.

VALOR: R\$ 135.699,40 (cento e trinta e cinco mil seiscentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.077/2017 (IL nº 025/2017 - DP).

Id: 2005974

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO ESPECIAL DE PERMISSÃO DE USO EM FAIXA DE DOMÍNIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA - CO 001/2018. PARTES: AUTOPISTA FLUMINENSE S.A. e a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE. OBJETO: Implantação de Travessia de Adutora para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Boa Esperança e Parque Andréa, Localizada no Km 261+580m da BR-101/RJ, no Município de Rio Bonito. PRAZO: Este Contrato entrará em vigor a partir de sua assinatura por ambas as Partes e vigorará até o final do Contrato de Concessão que ocorrerá em 14 de fevereiro de 2033. VALOR: A CEDAE pagará anualmente à CONCESSIONÁRIA a importância de R\$ 4.817,40 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais e quarenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 23/03/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.636/2017.

Id: 2005561

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 033/2018 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a S.O.S. MÁQUINAS ASSESSORIA INDUSTRIAL EIRELI. OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO MOTOR SIEMENS Nº 2 (1 DM 5236-8VFO9-Z) 6715 kW, 18 POLOS, 13200 V DA ELEVATORIA DO LAMEIRÃO. PRAZO: 45 (quarenta e cinco) dias. VALOR: R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais). DATA DA ASSINATURA: 22/03/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.620/2017 (Pregão Eletrônico nº 308/2018).

Id: 2005563

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 016/2018 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ABIDB BRASILEIRA DA INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIA DE BASE. OBJETO: Patrocínio e a participação da CEDAE no evento que será realizado pela ABIDB, denominado "8º FORUM MUNDIAL DA ÁGUA". PRAZO: A vigência deste Patrocínio será pelo tempo estritamente necessário à realização do evento e disponibilização dos recursos. VALOR: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais). DATA DA ASSINATURA: 15/02/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.121/2018. *Omitido no D.O. de 16/03/2018.

Id: 2005560

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO N. 011/2018 DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a TRL - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TRANSPORTE, GESTÃO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA LTDA. OBJETO: "RECONHECER a existência de dívida por parte da CEDAE em favor da TRL". VALOR: R\$ 1.649.229,14 (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte e nove reais e quatorze centavos). DATA DA ASSINATURA: 23/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/165.115/2008.

Id: 2005975

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 047/2017 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a P&P TURISMO LTDA - EPP. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual, acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor inicialmente contratado e atualização do preâmbulo do contrato original, em razão da transformação da P&P TURISMO LTDA EPP, antiga sociedade por quotas de responsabilidade limitada, em empresa individual de responsabilidade limitada denominada P&P TURISMO EPP. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 246.260,00 (duzentos e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais). DATA DA ASSINATURA: 27/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.093/2017 (Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 018/2016 - SEPLAG).

Id: 2005973

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato nº 048/2016 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. OBJETO: Alteração de itens dos serviços do Contrato, com acréscimo correspondente a 6,56 (seis vírgula cinquenta e seis por cento) do valor inicialmente contratado. PRAZO: Sem alteração do prazo contratual. VALOR: R\$ 539.043,87 (quinhentos e trinta e nove mil quatrocentos e três reais e oitenta e sete centavos). DATA DA ASSINATURA: 23/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.013/2018 (CN nº 004/2015 - ASL-1.1).

Id: 2005562

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ARRECADADO DE CONTAS. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e reajustamento dos preços dos serviços pelo período de março/2018 a março/2019. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 8.195.025,60 (oito milhões, cento e noventa e cinco mil vinte e nove reais e sessenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 09/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.449/2016. *Omitido no D.O. de 12/03/2018.

Id: 2005972

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 312/2018 - ASL-DP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE